O Ensino Agrícola em Alagoas a partir dos 101 anos de Memórias do IFAL, *campus* Satuba[1]

Amanda Christinne Nascimento Marques[2], Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa[2], Carmelita Mendes Bastos[3]

[1]Resultado do projeto de pesquisa financiado pelo IFAL/PIBICT/CNPq – 2011, intitulado: "Memórias e Saberes: cem anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia"
[2]Coordenadoras do Projeto de Pesquisa, vinculadas respectivamente ao Instituto Federal de Alagoas – IFAL e Instituto Federal de Sergipe - IFS. e-mail: amandamarques.geografia@gmail.com
[3]Bolsista do projeto, aluna do curso médio integrado em Agropecuária do IFAL, campus Satuba. e-mail: cbmendes1303@hotmail.com

Resumo: Este artigo descreve o processo histórico de constituição do ensino agrícola em Alagoas, a partir da criação em 1911 do patronato agrícola até 2012, atual IFAL- campus Satuba. É resultado do projeto de pesquisa intitulado: "Memórias e Saberes: cem anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia", aprovado no edital PIBICT/2011 e do livro organizado por Costa, Marques e Silva (2011). As técnicas de pesquisa utilizadas foram entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental. Percebeu-se que o campus Satuba em diferentes momentos históricos, vivenciou movimentos de dentro, ou seja, aqueles que se davam na estrutura interna da escola, e os de fora, aqueles que também mudavam a estrutura interna, mas que tinham uma tomada de decisão fora da instituição em nível regional e nacional. Essas estruturas de fora para dentro, mudaram os rumos da instituição, por meio de resoluções, decretos, organização política, interesses econômicos e ideologias dominantes. Exemplo dessas diferentes situações de fora para dentro, são as várias mudanças de denominações que o IFAL teve ao longo do tempo. Embora os nomes tenham sido mudados, as práticas de formação profissional permaneceram com o propósito de formar trabalhadores do setor agropecuário.

Palavras–chave: Ensino Agrícola, História da Educação, Memória Social, Metodologia da Pesquisa

Introdução

Buscando compreender o processo de estruturação e organização social do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL *Campus* Satuba[1], que no ano de 2011 completou cem anos de existência, com significativa contribuição ao desenvolvimento regional, principalmente, através da formação de mão de obra qualificada para atuar no setor agropecuário do Estado de Alagoas e do Nordeste. O presente artigo fará uma abordagem histórica, levando em consideração alguns fatos que marcaram a referida instituição entre os anos de 1911 e 2012, período que marca o momento no qual se registra o início das atividades de formação e do Aprendizado Agrícola no Estado de Alagoas, através da instituição da primeira estatal de ensino agropecuário, e também da comemoração de seus cem e um anos de funcionamento ininterruptos[2]. É resultado do projeto de pesquisa intitulado: "Memórias e Saberes: cem anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia", aprovado no edital PIBICT/2011 e do livro organizado por Costa, Marques e Silva (2011).

O *Campus* Satuba, situado no município de Satuba-AL, é parte constituinte, na atualidade, juntamente com outros Campi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, estando cerca de 6km, do início do perímetro urbano da cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas. Possui um corpo de servidores qualificado e oferece atualmente cursos nas modalidades Técnico e Superior, além do Programa Nacional de Integração da

---

[1]A atual instituição é denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, no entanto, já possuiu denominações variadas ao longo de sua trajetória, ocasionadas pelas mudanças educacionais, sociais e políticas, nos últimos cem anos. Sendo assim, é imprescindível registrar que desde o ano do Decreto Lei 8.940, de 30 de agosto de 1911, que criou o Patronato Agrícola de Alagoas, até a instituição da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a instituição passou por distintas fases organizacionais, possuindo autonomia, e congregando políticas educacionais voltadas para o ensino agrícola. Esse fato aconteceu também com outros órgãos em outros Estados do Brasil, conforme estudos de (Nascimento (20040 e Bonan (2010).

[2]Em 1905, quando, pelo Decreto n° 346, de 7 de outubro, do governador de Alagoas, Sr. Joaquim Paulo Vieira Malta, a Usina Wanderley foi doada à Sociedade de Agricultura Alagoana. Sob a direção do agrônomo Miguel Guedes Nogueira, instalou-se aqui uma Estação Agronômica dotada de campo de experiência e demonstração e de um Posto Zootécnico. Preparava operários para os trabalhos de campo, para feitores e administradores de fazendas e também ministrava ensinamentos sobre os ofícios de pedreiro, carpinteiro, sapateiro, ferreiro, entre outros. Em 30 de agosto de 1911, por determinação do Decreto n° 8.940, do presidente Hermes Rodrigues da Fonseca, a Estação Agronômica é transferida para o Governo Federal com o objetivo de ser transformada em Aprendizado Agrícola, também supervisionado e dirigido por Miguel Guedes Nogueira. (Cf. Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013).

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de educação de Jovens e Adultos (Proeja), atendendo alunas/os de todo o Estado alagoano.

A escrita do texto destaca alguns momentos que elencamos como importantes para a compreensão das fases históricas vivenciadas no campus. São recortes de longa duração que representam diferentes nuances do cenário no IFAL durante a história, e embora sabendo dos perigos que corremos ao optarmos por um recorte de longa duração, decidimos correr o risco e criar certo eixo de articulação da história. Chamaremos de "reconstruções históricas não necessariamente lineares", que se coloca como dimensões espaço-temporal que dão sentido ao presente.

Material e Métodos

Do ponto de vista teórico-metodológico, partimos da concepção de Le Goff (1994) e Halbwachs (1990), quando afirmam que a reconstrução histórica se dá por meio do resgate da memória, a qual se constitui de uma representação do passado que se faz de maneira individual, mas que se insere em um contexto social. Nesse sentido, trabalharemos com documentos/monumentos e através do uso da História Oral.

Cabe destacar que a memória coletiva presente nos relatos dessas pessoas são, de acordo com Halbwachs (1990), memórias individuais que vivem na consciência do grupo e representam um pensamento comum e coletivo, sendo ressignificadas ao longo do tempo. Espacialmente e mentalmente delimitada e ressignificada, a memória coletiva tem um sentido que só o grupo consegue discernir. Essa memória:

> (...) envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal [...] Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte do seu passado: há na realidade, dois grupos que se sucedem (HALBWACHS, 1990, p.53-54; 81-82).

É nesse panorama de relações entre o conceito memória e documento, que construímos o artigo que apresentamos nesse momento. Assim, consideramos que a concepção de memória para essas pessoas que estabelecemos uma interlocução, é reproduzida a partir da oralidade, das revisões de imagens, fotografias e documentos.

Utilizamo-nos de algumas possibilidades explicativas da realidade estudada, por meio de técnicas de pesquisa como a realização de entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental. Durante as entrevistas, nos utilizamos de gravadores digitais e roteiro semi-estruturado constituído de indagações que foram sendo feitas nos momentos das arguições. As perguntas davam possibilidade para o entrevistado reconstruir o momento histórico vivido no campus.

Nesses momentos, deixávamos o gravador ligado e estimulávamos uma conversa, que tinham duração mínima de uma hora. Em um dado momento da pesquisa, percebemos que as pessoas falavam do seu cotidiano, das práticas e situações ocorridas na escola de uma maneira conexa. Assim, pudemos não só reconstruir história de vida dos entrevistados, mas também, do campus Satuba.

Durante a fase da pesquisa bibliográfica, recorremos a leituras que embora não tratassem especificamente do campus, davam possibilidade para analisarmos o contexto em que a escola se inseria em diferentes momentos. Destacamos a importância de autores que tratam sobre o processo histórico de formação do estado de Alagoas, como Sant´ana (1970) e Carvalho (1982). Consultamos ainda alguns documentos que foram cedidos por pessoas nos momentos das entrevistas, documentos oficiais, pastas de ex-alunos encontradas nos arquivos da instituição e outros arquivos pessoais.

Resultados e Discussão

A história de Alagoas, assim como a do campus Satuba, esteve ancorada no domínio das usinas e engenhos. Além do clima tropical e solo do tipo latossolo vermelho-amarelo e argissolo vermelho-amarelo, favoráveis para o cultivo na região, o Estado ao longo do processo histórico, adotou um modelo de *commodities*, ou seja, produção de maior aceitação no mercado mundial, cuja estrutura fundiária se dá a partir de áreas densamente concentradas.

De acordo com Sant'ana (1970), o açúcar ou a economia açucareira em Alagoas sempre foi constituído como o "termômetro" das finanças do Estado. Sinônimo de desenvolvimento local para uns e de atraso para outros, os primeiros relatos acerca do espaço hoje ocupado pelo campus Satuba, se referem a essa atividade canavieira:

> Satuba tinha uma várzea muito grande, formada pelo rio Mundaú, né? O rio Mundaú, ele nasce lá em Garanhuns e desemboca aqui na lagoa Santa Luzia do Norte, certo? Santa Luzia do Norte. A primeira usina de açúcar de Alagoas foi criada em Satuba, na escola Agrotécnica. Aquilo ali era uma usina, certo? Chamada de usina Wanderlei. Foi a primeira usina. Embora alguns historiadores, aqui em Alagoas [...] diz que a primeira usina foi a Brasileiro, lá de Atalaia. Mas a usina Wanderley foi antes da usina Brasileiro. (Ramildo Vieira, em entrevista concedida em março de 2011).

A referida destilaria Wanderley, de acordo com a documentação histórica pesquisada, foi inaugurada em 1895 e teve um período curto de funcionamento, em virtude do não pagamento de dívida proveniente de um empréstimo feito pelo proprietário ao Estado alagoano. Nesse sentido, as terras da destilaria foram confiscadas pelo Estado.

Essa ação gerou uma pressão por parte das famílias oligárquicas que ocupavam terras vizinhas a essa região tão propicia para a expansão da cultura canavieira. Nesse período, segundo Carvalho (1982), o Engenho Brasileiro em Atalaia, o Engenho Leão em Santa Luzia do Norte e o Engenho Sinimbu em São Miguel dos Campos passavam por processo de construção e de expansão das lavouras.

Sendo assim, essas terras foram doadas em 1905 pelo Governador Joaquim Paulo Vieira Malta para à Sociedade de Agricultura Alagoana, cuja função do território foi a construção de uma estação agronômica e um posto zootécnico, que funcionavam como Escola Prática de Agricultura em regime interno e semi-interno.

Ao longo dos anos de 1907 a 1910, o governo alagoano através da lei de 13 de junho de 1907, aprovou o financiamento para a manutenção da Escola Prática de Agricultura que funcionava a partir da oferta de cursos primários e secundários de três anos, com o objetivo de formar trabalhadores do campo. Entretanto, esse recurso não foi disponibilizado pelo Estado, o que causou uma indisposição por parte do corpo de funcionários da Escola Prática, que tiveram o atraso de pagamento dos salários por dois anos.

Esse clima de indisposição gerou mudanças no cenário da Escola Prática, pois em 1910 o Governo do Estado de Alagoas transferiu a responsabilidade da instituição para o Governo Federal, que nesse período, estava expandindo o ensino agronômico no Brasil. Assim, foi criado o Aprendizado Agrícola de Satuba, cujo primeiro diretor foi Miguel Guedes Nogueira, que desde 1907 já ocupava o cargo de presidente da Sociedade de Agricultura Alagoana.

Durante esse momento histórico, o governo brasileiro cria além do ensino técnico, o Ministério da Agricultura e o serviço de proteção aos índios – SPI. O país, que até meados de 1960 tinha seu desenvolvimento econômico concentrado no campo, ratifica essa postura, expandindo as ações de fortalecimento de um modelo agrário voltado para a exportação, sobretudo a partir das fronteiras agrícolas denominadas “marcha para o oeste” ou ocupação da região amazônica.

Como aparatos de controle social, os aprendizados agrícolas tinham o objetivo de transformar a massa de jovens incluídos perversamente[3] ao sistema, em mão-de-obra. O aprendizado agrícola de Satuba foi autorizado por Nilo Peçanha através do decreto federal n.8.940 de 1910, mas só inicia suas atividades em 30 de agosto de 1911, já no governo Hermes da Fonseca.

Com o propósito de proporcionar um “oficio”, ou seja, formação profissional para jovens em situação de risco social, esses jovens passavam três anos no internato, sendo o primário de um ano e o secundário de dois, cujo ensino estava voltado para os preceitos do campo.

Conforme conta a tradição oral, havia formas disciplinares bem severas, como a “cacoa”, local onde os infratores eram alojados durante dias. Eram computadas como infrações pegar frutas sem permissão, ser pego fora do alojamento depois do horário permitido, estar sem o fardamento completo, dentre outras práticas. O prédio onde funcionava a “cacoa” foi demolido e se localizava ao lado de onde hoje funciona o prédio central.

A partir de 1920, o aprendizado serviu não só como formadores de profissionais no campo, mas também para prestar serviços as usinas que a cada dia aumentavam sua produção. Nesse período, Miguel Guedes Nogueira assume a direção da Escola de Aprendizes e Artífices em Maceió, passando a direção do Aprendizado de Satuba em 1927, para João Castelo Branco.

O aprendizado agrícola prestava serviços, emprestando ferramentas e máquinas para as usinas da região. Esse foi um momento de fortalecimento das elites oligárquicas em Alagoas, as quais ocupavam não só o poder econômico do Estado, mas também, o poder político.

A partir da década de 1930, houve mais mudanças na estrutura dos aprendizados. Do ponto de vista nacional, o Estado Novo instituído por Getúlio Vargas trouxe alguns desafios para o país que passava por tentativas de reestruturação econômica, em virtude da crise mundial de 1929. O modelo agrário exportador

[3] Sobre a denominação “Inclusão Perversa”, ver Martins (1986).

desenvolvido historicamente no país começa a apresentar sinais de ruptura, sobretudo na região sudeste, pois os plantadores de café passam a investir seu capital na indústria brasileira, que começa a dar seus primeiros passos.

Os aprendizados passam a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura que delega seus novos gestores. Em Satuba, a gestão foi do agrônomo José Tupinambá do Monte, conhecido como doutor Tupi. O aprendizado passa a se chamar Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto.

Durante a gestão do Dr. Tupi, os alunos provenientes do campo tinham prioridade no processo seletivo. Muitos pais encaminhavam cartas à direção da escola, relatando situações de extrema pobreza das famílias e a necessidade de seus filhos serem selecionados na Escola para a conclusão dos estudos e, por conseguinte, a possibilidade de uma mudança de vida.

Os alunos ao ingressarem na escola recebiam uma farda azul e botas para a realização das atividades de campo, bem como um uniforme bege para ser utilizada em ocasiões especiais na escola como comemorações cívicas, festividades e visitas de autoridades. Livros, cadernos e canetas também eram distribuídos entre os alunos.

Os horários das atividades se davam no campo e em sala de aula. Geralmente, as aulas da formação geral ocorriam durante a manhã, já no turno da tarde, ocorriam às aulas de campo que não só funcionavam como atividades didáticas, mas também de auto-sustentação da escola por meio da criação de aves, coelhos, suínos, bovinos, do plantio de arroz de várzea, hortas, mandioca, dentre outras culturas e criatórios.

Foram criados nesse período três cursos. O curso básico, com duração de três anos onde os alunos recebiam o certificado de capataz agrícola; o curso rural de dois anos onde o aluno recebia a certificação de trabalhador rural e o curso de adaptação que tinha a duração de seis meses onde os alunos passavam por um processo de teste e recebiam o certificado de trabalhador especializado.

De 1946 a 1947 o aprendizado recebe uma denominação de Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto, para Escola Agrícola Floriano Peixoto. São introduzidos os cursos de Iniciação Agrícola, referentes aos atuais 6º e 7º anos, e os cursos de Mestria Agrícola, equivalentes aos 8º e 9º anos. O aluno também tinha a possibilidade de passar mais três anos na instituição, onde adquiria o diploma de técnico agrícola.

Nesse período, a escola possuía uma olaria, carpintaria, sapataria, casa de farinha e uma padaria que funcionavam com a mão-de-obra estudantil. Os alunos passavam em média sete anos na instituição e não havia um limite de permanência, podendo os mesmos repetir de série várias vezes. Havia um sistema de seleção, e também um sistema de indicação de pessoas influentes como fazendeiros, empresários e políticos que redigiam cartas de solicitação e recomendação do candidato ao diretor.

Os anos que antecederam e sucederam a ditadura militar no Brasil, foram de muitos conflitos, e em Satuba não foi diferente. A partir de 1964, a instituição é denominada de Colégio Agrícola com o objetivo de formar alunos do curso agrotécnico, que já haviam concluído o ginásio. Os alunos não eram reconhecidos pelos seus nomes de batismo, mas pelos números de inscrição da seleção.

Nos tempos da ditadura, algumas outras práticas no processo de seleção de discentes começaram a se realizar. Além das entrevistas, que tinha o propósito de conhecer um pouco da história de vida dos futuros alunos, foi incorporada a prática de um exame físico.

Durante o exame físico, os candidatos ficavam sem roupas e enfileirados em um grande galpão. O responsável por essa etapa da seleção era o funcionário Eraldo Alves, ex militar. O mesmo solicitava que os candidatos fizessem movimentos circulares repetitivos. Alguns entrevistados relataram que esse exame tinha a função de identificar homossexuais. Inclusive, se fosse constatado a homossexualidade de um candidato ou aluno já ingresso na escola, o mesmo era expulso e em sua ficha escolar incorporado os motivos da expulsão: desvio de conduta ou pederastia.

Além do preconceito com os homossexuais, quase não haviam mulheres na Escola, pois para muitos, as mulheres davam muito trabalho e não poderiam estar dividindo os mesmos espaços dos alojamentos com os meninos. A primeira mulher a ingressar na Escola Agrícola de Satuba foi Silvana Paes de Lima em 1962, ou seja, mais de cinqüenta anos depois da inauguração da instituição.

Nesse período, foi criada a denominação “papa-angu”, para os alunos da escola. Nas cidades vizinhas, as pessoas conheciam os alunos por essa denominação, porque durante as refeições do dia, o principal prato era angu. Além do angu, o que mais era oferecido no cardápio diário arroz doce, feijão, arroz, sopa, miúdos de galinha e peixe.

A partir de 1970, sob direção de Adroaldo Alves Camêlo, o curso agrotécnico passa a se chamar Curso Técnico em Agropecuária. A partir de 1979, a instituição recebe o nome de Escola Agrotécnica Federal de Satuba – EAFS.

De 1980 a 1985, a escola esteve sob a direção de George Lins da Cunha. Período em que as atividades de campo foram sendo realizadas a partir da execução de projetos desenvolvidos pelos alunos e servidores. Os

primeiros eram responsáveis pelas hortas, lavouras e criatórios que abasteciam o refeitório. Conforme relatos, os alunos que cuidavam dessas atividades tinham a possibilidade de vender um animal ou parte da produção, que servia como forma de pagamento pelos serviços prestados a escola. Conforme ratifica Ramildo Vieira: *"a gente trabalhava com satisfação. Porque aquilo era nosso"*.

As atividades de campo passaram a ter muita importância na EAFS, que adotou o lema "aprender para fazer e fazer para aprender", pois as habilidades de técnicas para a execução das funções de técnico agrícola tinham preponderância em relação a formação geral. De acordo com Mansor (2005), foi priorizado o preparo para o mercado de trabalho e a filosofia da Escola-Fazenda através da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI.

O sistema Escola-Fazenda é constituído de uma estrutura física, composta de salas de aula, internato, cooperativa, agroindústria e setores ou laboratórios de produção como os setores de agricultura I, II, e III, Zootecnia I, II e III e piscicultura.

Havia bolsistas responsáveis pelos setores onde os mesmos separavam, amolavam e contavam as ferramentas para serem utilizadas nas aulas, bem como, acompanhavam os professores nas atividades. Os setores também eram mantidos pelo trabalho dos alunos, que para manterem a perenidade dos projetos produtivos, revezavam os finais de semana.

Dois diretores, Antonio Ferreira Rocha (1985/1986) e Herivaldo Ferreira Alves (1987/1992) assumiram a gestão da escola na década de 1980. Nos períodos que antecederam a promulgação da constituição de 1988 os cargos de chefia e as contratações de funcionários se davam por indicação. No primeiro caso, a escolha se dava por meio de uma lista tríplice que era encaminhada para o Ministério da Agricultura, e no segundo caso, a escolha se dava por indicação do diretor da instituição ou de algum político influente.

Após constituição de 1988[4] as formas de ocupação de cargos e contratações de servidores mudaram. Os mesmos têm que passar por um processo de concurso público e os candidatos a direção da instituição, por um processo de consulta a comunidade escolar. A primeira eleição direta na EAFS se deu em 1991, sendo eleito Francisco Amorim, mais conhecido como Chicão.

Durante a administração de Chicão, a escola por força da lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993 é transformada em autarquia, ou seja, passa por um processo de descentralização na gestão administrativa e financeira.

Os anos se passaram e as possibilidades de mudanças nas estruturas das EAF´s foram sendo amadurecidas. Em dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, foi sancionada a deliberação do governo federal para a incorporação das escolas agrotécnicas federais para a rede dos Institutos Federais - IF´s.

Desse modo, a Escola Agrotécnica Federal da Satuba, passa a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus Satuba, e juntamente com mais dez campi, a saber: Maceió, Arapiraca, Maragogi, Palmeira dos Índios, Marechal Deodoro, Penedo, Murici, Piranhas, Santana do Ipanema e São Miguel dos Campos, vem desenvolvendo uma política de inclusão social no Estado de Alagoas.

Até janeiro de 2012, o campus Satuba esteve sob a direção do professor José Jonas de Melo Alves, atualmente a direção do campus está sob a responsabilidade de Anselmo Lúcio Aroucha Santos. O campus oferece cursos integrados em agropecuária e agroindústria, subsequente em Zootecnia e Agricultura, superior em Laticínios e Proeja com habilitação em Agricultura Familiar, Agroindústria, Processamento de Alimentos e Informática. Somando-se um total de 657 alunos matriculados em 2011 no regime de residência e semi-residência.

Como proposta de um novo tempo, os institutos federais tem um grande desafio de estabelecer uma inclusão social formando profissionais capazes de integrar o ensino profissionalizante com a formação critica e cidadã, ou seja, formar profissionais capazes de fazer a leitura do "mundo do trabalho" através da "reconstrução do mundo lido", tal como postula Freire (1996).

O desafio aqui posto se coloca na perspectiva de romper com velhos paradigmas escolares tradicionais de uma "educação bancária" que apontavam numa direção estanque e desconectada do olhar critico e reflexivo.

Além de um lugar de memória, o IFAL é um lugar de sonhos. Nesse sentido, consideramos que a passagem de transformação da EAFS para IFAL, exige que a compreensão da educação seja ancorada no tripé ensino, pesquisa e extensão, ou seja, numa perspectiva de vários re-começos e olhares que virão ao longo do tempo.

---

[4] Considerada como a primeira constituição cidadã do Brasil, por garantir os direitos fundamentais da pessoa humana, independente de cor, etnia, crença e necessidades especificas.

Conclusões

A partir dos registros em cadernos de campo, pesquisa documental, acervo fotográfico e entrevistas, buscamos reconstruir a história do campus Satuba ao longo dos seus cem anos de funcionamento. As entrevistas nos foram primordiais como ferramenta metodológica que nos aproxima, ouve e conta através da memória, as dinâmicas de ordens materiais e simbólicas que representaram esses diferentes momentos e compreensão das relações sociais no espaço do IFAL.

Percebemos que o campus Satuba em diferentes momentos históricos, vivenciou movimentos de dentro, ou seja, aqueles que se davam na estrutura interna da escola, e os de fora, aqueles que também mudavam a estrutura interna, mas que tinham uma tomada de decisão fora da instituição em nível regional e nacional. Essas estruturas de fora para dentro, mudaram os rumos da instituição, por meio de resoluções, decretos, organização política, interesses econômicos e ideologias dominantes.

Exemplo dessas diferentes situações de fora para dentro, são as várias mudanças de denominações que o IFAL teve ao longo do tempo. Embora os nomes tenham sido mudados, as práticas de formação profissional permaneceram com o propósito de formar trabalhadores do setor agropecuário. Assim, consideramos que o campus Satuba tem importância impar para a formação de jovens no campo.

Ao retrocedermos no tempo para entender o espaço, fizemos um retorno cronológico e pudemos compreender alguns eixos de articulações das situações históricas do campus. A criação da estação agronômica e depois do aprendizado se deu em virtude de uma necessidade regional do Nordeste em criar mão-de-obra especializada para o projeto de expansão da cana-de-açúcar. Em Alagoas, o aprendizado teve importância preponderante, pois serviu como espaço de formação e de parceria com os usineiros da região. Cabe destacar que esse foi um período onde vivenciamos centralizações do poder do Estado, a incorporação do aparato militar e da escola brasileira cuja formação positivista, propiciou um ensino profissionalizante voltado para a reprodução de práticas tecnicistas.

O período de criação da EAFS representou um momento de ruptura, sobretudo após a constituição de 1988 que regulamenta e redefine o processo de contratação de servidores que passam a assumir os cargos a partir de concurso público. Além da forma de entrada dos servidores, destacamos o modelo de escola-fazenda que proporciona aos alunos uma formação prática de excelência.

Como caminhos de possibilidades, tivemos recentemente a transformação da EAF´s para IFAL em 2008. Mudança que surge não só com o propósito de unificar os CEFET´s e EAF´s, mais de valorizar e expandir a educação profissional no país, bem como proporcionar uma adequação nas formas de gestão.

Os Institutos recebem o desafio de integrar atualmente cursos técnicos integrados, profissionalizantes, superiores e licenciaturas, ou seja, são modalidades diversas de ensino que se colocam como exigências para a implementação de uma mudança estrutural e de atitude didático-pedagógica.

Obviamente temos um caminho pela frente, pois à medida que apresentamos possibilidades, também observamos os desafios de construir uma educação libertária em um estado pobre com indicadores sociais quantitativamente insuficientes e uma estrutura econômica desigual.

Esse desafio posto tem gerado muitas perspectivas no âmbito do campus Satuba, no sentido de adequar as antigas estruturas para atender as exigências do governo federal. Assim, como um espaço em movimento, vivemos no campus Satuba um espaço de um novo tempo de re-começos e reconstruções do fazer, com vistas a estimular a inclusão social e fortalecer o ensino agrícola.

Portanto, consideramos como possibilidades a criação de novos cursos com o objetivo de atender as demandas do mercado alagoano, bem como criar mecanismos de estimular as atividades de pesquisa e extensão, pilares ainda pouco difundidos no âmbito da rede alagoana dos IF´s.

Agradecimentos

Agradecemos a Direção Geral do Campus Satuba e a pró-reitoria de pesquisa pela concessão de uma bolsa PIBICT/2011.

Literatura citada

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Diário Oficial da União.

CARVALHO, C. P. de. **Formação Histórica de Alagoas.** Maceió: Grafitex, 1982.

COSTA, P.R.S.M; MARQUES, A.C.N; SILVA, A.Q. da (Orgs.). **Nos Trilhos da Memória:** cem anos do Instituto Federal de Alagoas, Campus Satuba. Maceió: IFAL, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

LE GOFF, J. Documento Monumento. In: **História e Memória.** São Paulo: UNICAMP, 1994.

MANSOR, P. R. Egressos da Escola Agrotécnica de Alegre e sua Inserção Regional. (Dissertação de Mestrado em Agronomia) Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, 2005.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

SANT´ANA, M.M de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas.** Recife: Museu do Açúcar, 1970.

VII CONNEPI
Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação
PALMAS . TOCANTINS . 2012
19 a 21 de outubro - Ciência, tecnologia e inovação: ações sustentáveis para o desenvolvimento regional